



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PL Nº35/25: POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Solicitante: Vereador Samuel Soares da Silva

Aos 27 de agosto de 2025, na sede da Câmara Municipal, às 19 horas e 22 minutos teve início audiência pública para discussão da política municipal de inclusão da pessoa com deficiência, convocada pelo vereador Samuel Soares, em atendimento ao Requerimento nº 1002/2025, do mesmo vereador.

Presidiu a audiência o vereador Samuel Soares e compuseram a mesa o vereador Domingos Trindade; Salomão Curi, Secretário de Governo, professor e pai atípico; Isac Haber professor, mestre em educação profissional e tecnológica, especialista em Libras e educação ambiental e diretor pedagógico da FUPAC de Visconde do Rio Branco; Flávia Baião, pedagoga e assistente social, mestra e doutoranda em ciência da educação, especialista em neuropsicopedagogia, psicomotricidade e TEA; Valéria Monteiro Oliveira Rodrigues, coordenadora geral do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE); Rodrigo Pereira Soares, professor e deficiente visual; Imaculada Conceição Almeida, mãe atípica de quatro filhos com TEA; Rosane Soldati da Cruz, diretora da APAE-Ubá; Hélio Fábio de Mendonça, presidente da Associação Monsenhor Lincoln Ramos; Patrícia Colli Francisco, coordenadora do Núcleo de Promoção em Saúde de Ubá. Foram informadas as justificativas dos convidados ausentes.

O presidente informa que a audiência pública tem como propósito a discussão da política municipal de inclusão da pessoa com deficiência, objeto do projeto de lei nº 35/2025, de sua autoria, entre outras leis já aprovadas, também de sua autoria. É feita a leitura do projeto de lei 35/25.

Em seguida, é dada a palavra ao prof. Isac Haber, que enfatiza o fato de que é a sociedade que cria barreiras para a pessoa com deficiência. Sugere que conste no projeto de lei da política municipal de inclusão de PCDs a inclusão de intérpretes de libras em eventos presenciais e digitais do poder público e a adaptação para o município da Resolução nº 4.256/2020, da Secretaria de Estado de Educação, que fala sobre como deve ser a inclusão em Minas Gerais no setor da Educação. Diz que talvez fosse importante um projeto de lei também estabelecendo uma política municipal de educação inclusiva. “A gente não pode contar que se com esse prefeito a gente vai ter a inclusão, a



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

gente vai ter professor de apoio, a gente vai ter sala de recurso, a gente vai ter guia intérprete, a gente vai ter tradutor intérprete de Libras. Mas se outro entrar, será? Será que vai retomar um período em que somente estagiários ficavam com alunos com deficiência? Então isso não pode ficar à mercê de quem está no poder. Deve ser institucionalizado em uma política municipal que explice a função do professor de apoio, qual a formação exigida para o professor de apoio, quantos alunos ele vai atender, qual a função do intérprete de Libras na escola, qual é a função da sala de recursos etc.

Mãe atípica não tem que ficar sofrendo para pedir professor de apoio ao filho, não precisa sofrer. Ela já passa por tantas situações no dia a dia e ela precisa sofrer na escola para conseguir um direito? A mãe chega com a com um laudo, apresenta na escola e ela vai ficar mercê, né, se pode ou não. É um direito, gente. Essa discussão já está mais que vencida.”

Foi dada a palavra à Valéria Monteiro, coordenadora do CAEE, que faz o histórico do caminho percorrido desde a criação das salas de recursos até sua união no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), criado há 15 anos por Lei Complementar, e sua ampliação no momento atual, com a nova sede, atendendo toda a rede municipal. Especifica as atribuições e ações do CAEE (PAE, PDI/PEI). Informa que dos 387 alunos matriculados no CAEE, 270 têm o diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA).

Sugere que conste no projeto de lei da política municipal de inclusão de PCDs: proibição de estagiários e terceirizados para atendimento a PCDs; definição da formação exigida para professor de apoio e número de alunos para atendimento de cada professor; capacitação de professores e servidores; oferta de professores de apoio sem ser necessária solicitação das mães, apenas apresentação do laudo e definição das funções das salas de recursos I e II (sobretudo rede estadual). Enfatiza a importância de constar no projeto de lei a formação dos professores, assim como da capacitação dos terceirizados, que não são professores ou servidores. Por último, considera fundamental a divulgação do CAEE pelo Executivo e imprensa para suprir a falta de informação que muitas famílias têm sobre como seus filhos podem ser atendidos.

Em seguida, a pedagoga Flávia Baião diz que um projeto de lei criando uma política municipal de inclusão deve primeiro responder as seguintes perguntas para que o



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

legislador tenha um diagnóstico municipal preciso: Quem é o meu público? Quantas e quem são as pessoas com deficiência do município e aonde elas estão inseridas? Qual é o tipo de recurso que as famílias têm, o que chega até essas famílias? Porque não adianta eu incluir na escola com essa criança sem médico, sem terapia e sem recurso nenhum para trabalhar com ela. Diz que este levantamento pode ser feito pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos CRAS. Sem se saber quem o público de PCDs de Ubá e “se colocar isso que está aqui no papel é amplo demais. Eu não estou garantindo nada com isso aqui. Não estou garantindo nada. Eu preciso esmiuçar cada detalhe dessa lei para eu realmente garantir alguma coisa para pessoa com deficiência.”

Além do levantamento de dados e da integração entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, Flávia Baião sugere também um limite de alunos para cada professor de apoio: “Como neuropsicopedagoga eu visito as escolas, tanto públicas quanto particulares. E o que a gente vê? Uma professora de apoio para cinco crianças com vários tipos e graus de severidade é muito sério, porque aí eu estou brincando de ensinar e essa professora vai adoecer e a inclusão nunca vai acontecer. Crianças com dificuldades imensas, nível três de suporte, características muito severas dentro de uma escola regular, sem que o professor tenha o mínimo de capacitação para lidar com aquilo. Adoece o professor, sofre a família e a criança continua sem nenhum atendimento.”

Outras duas sugestões de Flávia Baião foram a deficiência auditiva: “A questão da deficiência auditiva é um outro problema sério que a gente está tendo nas escolas. Professores não estão sabendo lidar com o mínimo e também não tem que saber, porque não aprenderam nas escolas e a gente não está capacitando essas pessoas para atenderem. Então isso tem que estar garantido na nossa lei”, e a segunda sugestão foi dar voz ao jovem com deficiência em relação ao trabalho: Onde estão inseridos os nossos meninos no mercado de trabalho? Nós somos um polo moveleiro, né? Cadê as vagas pros nossos deficientes? Ter, tem, mas onde eles estão colocados? Será que a gente escuta o tema da campanha desse ano? É muito lindo dar voz a essas pessoas, ouvir essas pessoas. Vocês já ouviram o que que eles gostariam de ser? Qual profissão eles gostariam de seguir? Quem dá voz a eles, gente? Quem dá voz?”

O presidente passa a palavra à diretora da APAE, Rosane Soldati que traz como principal preocupação a manutenção do Centro Dia (Centro Educacional Boa



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Esperança) da APAE Rural que atende cerca de 300 jovens com idade acima de 15 anos, adultos e idosos com deficiência intelectual e múltipla: “

“Minha maior preocupação lá na APAE Rural agora é com assistência social, são com aqueles que já concluíram o percurso escolar. Porque a deficiência não acaba aos 15 anos. É aonde a gente está realmente sem recurso. É aonde a gente não vê uma solução a curto prazo. São adultos, idosos. Temos assistidos lá de 70 anos de idade, o que hoje é um ganho muito grande de vida para eles, porque antes eles não tinham essa expectativa de vida. E isso nos preocupa porque é uma área que está deixada de lado.

A gente pede para que vocês olhem realmente para essa inclusão do Centro Dia destas pessoas que já estão nessa outra parte da vida com um olhar diferente, tá? Que incluem essas pessoas nessa lei, porque as famílias estão cansadas, realmente muito cansadas. A gente tem histórias de família lá, de mãe que a gente oferece para elas: Vem ficar aqui, vem conversar, vem pro centro E elas dizem não, eu quero sossego, eu quero descansar a cabeça, porque as famílias estão cansadas por falta de apoio, gente, por falta de apoio. O que a gente faz, a gente faz com todo o carinho, mas as famílias estão precisando de apoio e a gente precisa continuar com o Centro Dia para essas famílias não adoecerem mais do que já estão adoecidas.”

Representando a Secretaria de Saúde, Patrícia Francisco, do Núcleo de Promoção em Saúde de Ubá, descreve os procedimentos realizados na prevenção e promoção da saúde com equipe multiprofissional: psicólogo, assistente social, nutricionista, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, educadores físicos; programa Miguilim (óculos para alunos com distúrbios visuais), otorrino, audiometria, aparelhos de surdez para crianças.

“Temos também o CAPSi “que dá esse suporte a alguns casos, principalmente os casos de diagnóstico de TEA. Mas é um serviço que trabalha mais com as situações de crise. Depois que a criança é estabilizada. tenho que voltar com essa criança pra rede, né?” Enumera os gargalos por carência de equipamentos suficientes para o atendimento multisectorial: as filas no CER III -Centro Especializado Em Reabilitação, da APAE, por atender 21 municípios, nos casos de TEA e deficiência intelectual leve e média; as crianças, adolescentes ou adultos que perdem os pais e não têm mais ninguém nem para onde ir pois o SRT (Serviço de Residência Terapêutica) trabalha com a parte de distúrbios emocionais, não com a parte de déficit intelectual... “ E aí a gente tem essa dificuldade para poder encaminhar, para onde eu vou encaminhar essa pessoa. E não é



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

um caso isolado. Cada vez mais tem a gente tem se deparado com esses casos e isso tem trazido muito angústia.”

Finaliza, solicitando que a política municipal garanta o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para PCDs, sobretudo TEA, “pois às vezes tem que se recorrer à judicialização e isso demora, a criança fica sem a medicação durante muito tempo.”

Com a palavra a Sra. Imaculada, mãe atípica de quatro filhos com TEA, fala sobre os jovens, a falta de informação, vagas e medicamentos: “Parece que aos 15 anos a deficiência some, ninguém fala dos jovens e adultos. Onde estão os jovens? Acolhidos pelos traficantes ou enfiados em um quarto.”

“A gente recebe o laudo ali, você fica, você vai para onde? Ninguém fala. Ah, o que que é? Igual a Valéria falou, muita gente aqui em Ubá não sabe nem que que é CAEE. Serve para quê? Uma escola, que é uma extensão da APAE? Eu escuto essa pergunta direto. Ah, você vai pra fila da onde? Você vai pra secretaria? Ah, vai mandar você para APAE. Tá, naquela fila ali. Mas se não tem vaga ali, você vai para onde?

Gente, é tão difícil? Tem tanto CRAS. Tem os agentes comunitários da UBS que vai de casa em casa, não dá para fazer um levantamento disso e responder? Não, pelo amor de Deus! Se a gente fica sem informação, você tem que ficar conversando um com o outro, tentando achar um lugar para poder ver aonde que vai atender meu filho, a o que que vai fazer, o que que vai ser.

Pessoas idosas que não têm orientação nenhuma, que não têm nem força para sair com eles mais para levar, porque que não põe o que tem para funcionar. Esse pessoal da UBS passa em casa. Em casa, gente de saúde, não tá vendo esse pessoal lá dentro de casa, dentro de um quarto, porque que não chega e fala: "Gente, tem tal lugar, vamos levar papai, vamos arrumar um carro que leva, que busca, apresenta, ó, tem centro dia, tem não sei o quê". Fica tudo muito parado.

Pergunta como resolver as crises que são causadas pela falta de tato dos profissionais da escola e cita dois exemplos com sua filha. O CAPSi só serve para a crise. A gente ia ter um psiquiatra, ia ter um neuro, ia ter uma fono, psicólogo, um acolhimento, uma informação. Não tem. E falta remédio.”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Então não adianta ter um negócio que não funciona, que não é divulgado, que não é publicado. A gente fica mãe falando com mãe, tentando resolver e aí nada tá sendo resolvido. A verdade é essa. Me desculpa.”

Em seguida, o Sr. Hélio Fábio, da Associação Monsenhor Lincoln Ramos, fala sobre os benefícios da equoterapia e hidroterapia para seu filho na infância, mas que perdeu o direito devido à idade. “E realmente é uma dor muito grande de nós como pais, de pessoas com deficiência ver aquele ganho que nossos filhos tiveram e hoje eles regredirem por falta de um atendimento, né?”

Fala também sobre falta de vagas de estacionamento (“...eu tenho que dar duas, três voltas nos quarteirões para ver se eu encontro uma vaga. Perdi o horário. Por quê? Não tem uma vaga preferencial disponível...”)

Finaliza citando o atendimento médico e odontológico: “Voltando aí na hidroterapia, né? Já pedi várias vezes, ah, não temos vaga, fica na fila e atendimento médico nem se fala, né? Hoje meu filho tá precisando de um neuro, né? Eu fui até mesmo na APAE: ‘Só temos vaga para outubro.’ Eu não posso esperar até outubro, né? Em se tratando da área da saúde odontológica, meu filho precisa se fazer tratamento na COAPE (Centro Odontológico de Atenção a Pacientes com Necessidades Especiais), em Juiz de Fora. Então, quando eu chego tem que fazer uma triagem...”

O Sr. Rodrigo Pereira Soares, professor e deficiente visual enfatiza a capacitação do deficiente para o mercado de trabalho, sua inclusão no esporte e na cultura e a publicidade que deve ser dada ao CAEE (“...quando eu comecei a perder a visão, eu tive muita vontade de conhecer o braile, porém não sabia ninguém que o conhecia no nosso município e eu tive que pesquisar em várias secretarias, vários pontos e num desses eu consegui encontrar o CAEE e lá eu aprendi com muita alegria o braile.”).

O vereador Samuel Soares lembra que apresentou um projeto de lei que se chama Empresa Amiga da Inclusão. “A gente já tem uma lei federal, né, mas a gente sabe que aqui no município isso não é fomentado, sobretudo incentivado. Então, toda empresa que contratar uma pessoa com deficiência, ela vai ganhar um selo diretamente aqui da Câmara, dando visibilidade para a empresa.” Diz que no projeto de lei “entramos também com a questão do esporte e cultura pra gente conseguir ter eventos paralímpicos aqui no município. Se Deus quiser, a gente vai conseguir realizar esse sonho também.”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com a palavra, o Secretário de Governo Sr. Salomão Curi, também pai de um filho autista, diz que “Ubá tem uma das piores arrecadações de Minas Gerais e a pior arrecadação entre os municípios do porte parecido com o nosso da Zona da Mata: produzimos R\$ 3.4 bilhões de PIB de riqueza por ano. E a nossa arrecadação não passa de R\$ 560 milhões, para esse ano. Muriaé tem uma riqueza de R\$ 2.4 bilhões e a prefeitura arrecada R\$ 1 bilhão. Mesmo assim “teremos alguns investimentos já pro ano que vem, tais como o neuropsiquiatra, fonoaudiólogo, e estamos tentando um psicólogo, e neuropsicomotrista.. mas nós temos muito que avançar. O Samuel está dando o primeiro passo. Concordo com você, Isac, que a gente tem que sistematizar mais as coisas. Mas nós dobramos o número de professores de apoio junto à rede municipal, tá? Um pouco mais do que dobramos e ainda é insuficiente. Mas estamos avançando, estamos avançando. Isso consta no plano de governo e o professor José Damato é muito exigente com isso, no cumprimento disso. Nós temos que melhorar a arrecadação para devolver esse dinheiro em benefícios para aqueles que mais precisam. Nós vamos lutar para isso. Eu sempre fiz isso na escola em que trabalhei. E podem contar comigo, porque eu estou aqui agora enquanto pai do Joaquim, um autista levadíssimo,tá? Mas enquanto professor, enquanto representante do poder público municipal, quando o Samuel me convidou, eu disse assim na mensagem: "Samuel, vou sim, quero participar e eu estou decidido, cara, eu vou entrar para a causa, eu agora quero lutar um pouquinho mais. Obrigado.”

O vereador Samuel Soares agradece a presença de Ana Carolina Dias, coordenadora do Craia (Casa de Referência, Apoio e Inclusão aos Autistas); Joana Rabelo, gerente da Divisão da Proteção Básica da Secretaria de Desenvolvimento Social; Sabrina Silva, presidente do projeto Juntos pela Inclusão; Lidiane Brum, diretora da Escola Estadual Professora Maria Lúcia Antunes Calçado; Grazielle, diretora da Escola Municipal Antonina Coelho; Maria Isabel, presidente da associação do bairro Primavera; Josi Paula Mendes, coordenador do ambulatório de saúde mental e Luciene Geraldo Gonzaga, presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Em seguida, o vereador Domingos Trindade fala sobre o seu projeto de lei – Calçada Cidadã - que garante 20% dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano para recuperação e manutenção de calçadas, melhorando a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Pergunta à Coordenadora do CAEE, Valéria Monteiro, sobre as condições e número de atendimentos do CAEE. A coordenadora fala em 33



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

escolas municipais, com 387 alunos atendidos, sendo 270 com o diagnóstico de TEA e 117 com outras deficiências. Que o CAEE foi planejado para atender de 550 a 600 alunos da educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano. Para os alunos do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, que formam a rede estadual, existem as Salas de Recursos. Diz que o CAEE formou-se com a reunião destas salas de recursos que existiam nas escolas municipais. Diz que “o prédio do CAEE, recentemente inaugurado, foi pensado para a população que ele ia atender. Então, nós sabemos que os alunos com TEA têm uma sensibilidade na maioria auditiva. As paredes são todas revestidas e a obra da escola Irmã Ana Maria, logo ao lado, não atrapalhou em nada.”

Prossegue, dizendo que “hoje há um espaço bem arejado com a claridade necessária, que era outro problema que nós vivíamos aqui embaixo, a iluminação não era adequada. Aí a gente tem criança com baixa visão, interfere muito, certo? A única coisa que está faltando no prédio, mas já está sendo providenciado, é o piso tátil, tem já na calçada e tudo, mas dentro ainda não tem, porque depende de uma licitação, que está em trâmite, certo? Então, quando eu falo que mudou é porque trouxe qualidade e outra, trouxe sorriso e alegria para os nossos alunos.”

Finaliza dizendo que “a gente quer agora, na questão da equipe em si, porque temos uma equipe altamente qualificada e eu não quero, o CAE não pode perder esses profissionais, certo? Porque além da base teórica, da base prática, esses profissionais têm o principal desenvolvido, a afetividade. Quando eu falo de afetividade, eu não estou falando de ficar dando beijo, carregando no colo, não, mas de percepção da necessidade do outro” e convida os vereadores para conhecerem o CAEE.

Passa-se às considerações da plateia e um participante diz que, enquanto neurodivergente, “a gente gostaria de ver essa política pública, alcançar aí de fato quem mais precisa, os territórios também que mais precisam para que a gente tenha de fato aí uma maior equidade de acesso. Nós não podemos navegar em mares de livros e afundar num pingo d'água, né? diante da fragilidade, do simples. E eu puxo isso muito para as periferias, para as organizações que trabalham dentro dos bairros periféricos, porque existem ainda nesses territórios pontos cegos que precisam muito de um olhar especial”. Enfatiza também o olhar intersetorial na cultura e no esporte.

Em seguida, a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Luciane Gonzaga, se autodescreve, em respeito aos deficientes visuais e enumera as sugestões que considerou



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

mais importantes para a discussão de uma política pública: a caracterização e o diagnóstico de “quem é o meu público” e dar voz a estas pessoas, trazida por Flávia Baião, assim como o financiamento para o Centro Dia, atendendo à progressão da faixa etária, das crianças que passam a não ser mais crianças tornando-se jovens, adultos, idosos, e que não são atendidos, trazida pela Rosane e pelo Fábio.”

Também enfatiza a questão da governança, pois “o projeto de lei traz uma base normativa importante, mas como ela está corre o risco de virar apenas uma carta de intenção. Pela fala do vereador Samuel, ele está aberto a fazer alteração na legislação. Então eu acho importante que seja trabalhada realmente uma estrutura, **estrutura de governança**. Na legislação fala sobre cadeiras em conselhos. Então, como que isso se dará? (O Conselho Municipal de Saúde hoje tem uma cadeira para pessoas representantes de entidades com portadores de necessidades especiais, físicas e mentais.

Outro ponto, exemplificado pela Imaculada, é sobre o financiamento da rede de atenção psicossocial. Na elaboração do Plano Municipal de Saúde foi incluída a capacitação continuada de servidores públicos com a inclusão de que os servidores sejam capacitados em Libras para fazer esse atendimento. Então já é um ponto assim que que contribui com a legislação.

Resumindo, eu acredito que a gente tem que melhorar a questão da governança e a questão de financiamento mesmo, de colocar realmente de onde vai sair o orçamento para executar este projeto de lei. O PPA e a LOA estão às portas, então, fica aí a minha sugestão.”

O vereador Samuel Soares diz que “precisava de ter essa versão inicial do projeto. Não adianta eu, como parlamentar, por mais que eu me debruce nesse arcabouço e estude, constituir algo “goela abaixo”, conversei muito com o Isac, com a própria Flávia também, pessoas que são referências para mim pela capacidade técnica, por tudo que vêm fazendo ao longo do tempo, sobretudo na área da educação. Então eu venho discutindo isso com eles e esse momento agora foi um sonho que a gente planejou lá atrás para estar sendo debatido agora, juntamente com famílias atípicas, com quem realmente vai ser impactado, pra gente conseguir ter uma versão final E a partir de agora, com todos os apontamentos que a gente está coletando, a gente vai constituir essa versão final e realizá-la se Deus quiser.”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com a palavra, Juliana, servidora municipal, representante do mandato do deputado Cristiano Silveira, “lutador pela causa autista” e mãe de uma filha com dislexia e filho autista.” Diz que “é importante a gente frisar isso porque igual o Salomão falou, a gente às vezes sente a dor, né? A gente sabe que o outro está sentindo, mas quando ela acontece na nossa casa ou quando ela acontece com a gente, a gente cria um outro olhar, né? E a capacitação que a gente tem com as coisas que a gente passa, às vezes é muito mais do que uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado, né, Valéria? Porque a gente sente realmente o que está acontecendo.”

Diz que o projeto de lei está bem amplo e sugere criação de uma comissão técnica de profissionais técnicos, intersetorial entre a Secretaria de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Eu sei, Samuel, que para um projeto de lei, o vereador não pode onerar, o Executivo, mas eu acho que essa criação de comissão técnica seria algo com profissionais que o município já tem e que talvez possam compor. Quando na Secretaria de Educação, eu trabalhava lá com a Valdênia, pensamos várias vezes em tentar montar uma equipe técnica intersetorial, mas como não estava regulamentada numa lei às vezes a gente não conseguia reunir muito, era complicado. Talvez se isso estivesse regulamentado, a gente conseguisse fazer as reuniões de forma mais periódica e efetiva.”

“Outra questão é a dificuldade que a gente tem em relação aos deficientes que já vão ficando mais adultos e aí depois perdem os seus pais e a gente fica realmente sem uma orientação, a gente não tem um fluxo de encaminhamento. No Conselho da Pessoa com Deficiência, estamos discutindo sobre a residência inclusiva, para acolher essas pessoas adultas que ficam sem os pais e que não tem uma rede de apoio. Isso seria mais na área de social, e poderia ser incluída no projeto.”

“Outra sugestão diz respeito às oficinas de apoio dos CRAS, que podem ser utilizadas também para suporte, para desenvolvimento de algumas atividades que, né, até auxiliam, nas questões terapêuticas, para aquelas crianças que às vezes têm mais dificuldade de acessar o serviço como o CAE, porque dependendo do nível de suporte, aquela criança não é elegível pro CAEE ou para a APAE. As oficinas do CRAS podem ser um complemento na parte da educação.”

“Uma terceira sugestão seria a supervisão escolar com uma capacitação na educação especial inclusiva, porque pode ajudar também na elaboração de conteúdos de



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

adaptação para crianças que são disléxicas, para crianças com TDH, que não são públicos da APAE nem do CAEE. E até tem uma regulamentação agora da superintendência de ensino que colocou alguns critérios ali de tempo estendido de prova, adaptação de conteúdo da prova para esses alunos, mas que às vezes precisa ser feita pelo professor regente de sala e aquele professor regente não tendo capacitação não sabe adaptar. Uma supervisora na rede municipal que tenha essa habilitação na educação especial inclusiva, pode ajudar nessas intervenções.”

Juliana pede também atenção e inclusão das escolas especiais: “A gente teve um movimento de retroceder com as escolas especiais e hoje a gente vê que a escola especial tem uma regulamentação própria, que ela ajuda muito, porque a gente tem uma questão de número reduzido de alunos em sala de aula. As escolas especiais elas têm no mínimo oito, no máximo 15. Então assim, a gente sabe que ter um número pequeno de alunos ajuda muito para os professores e talvez evite a questão da inclusão do professor de apoio dentro da sala, né? Porque aquele professor ele já é capacitado em educação especial.

E também a questão da idade dos alunos da escola especial, porque aí é feita uma triagem da idade. Na escola regular a gente precisa colocar todos os meninos de 6 anos na sala de meninos de 6 anos e a escola especial a gente sabe que pode ser feita uma avaliação ali de aquele aluno que às vezes está um pouquinho mais velho, mas acompanha a escolarização de crianças mais novas.”

Quanto à Saúde, Juliana diz que a equipe é capacitada também para fazer uma triagem inicial, porque a gente sabe que o CER III -Centro Especializado Em Reabilitação, da APAE, faz, essa triagem quando a gente encaminha, mas tem muitos que ficam na fila e que não são públicos elegíveis para dar continuidade ao tratamento na APAE. Então é feito o diagnóstico, mas depois esses pacientes são devolvidos para a nossa rede e aí eles precisam de fono, de terapia ocupacional que às vezes a gente não tem na rede. É, se a gente já fizesse isso lá na Atenção Primária, se tivesse uma equipe capacitada que pudesse triar, e aí eu falo de psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social para dar um apoio às famílias, orientação, mas que esses profissionais tivessem o entendimento do autismo ou da deficiência, intelectual. Isso talvez adiantaria essa fila do CER, né? Porque às vezes a gente vê - não é, Imaculada? - mães esperando na fila com uma expectativa de que vai fazer a triagem, vai ficar na APAE, mas a APAE não absorve



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

porque não é público para lá e aí ela devolve isso pra rede. Então se vai à APAE para triar e voltar para a rede, por que que nós da rede já não podemos fazer a triagem?

Quanto ao apoio às mães, Juliana considera que o rupo de Apoio às Mães deve ser mantido e expandido: “No primeiro encontro, ajudou muito, foi muito positivo, as mães ficaram muito satisfeitas e a gente tem feito encontros regulares, não com aquela periodicidade semanal, pois agora a gente tem feito maior os espaçamentos, mas foi um grande avanço, porque a gente sabe que mães atípicas estão num estado assim de alerta e elas ficam com uma saúde mental às vezes de um de um soldado que estava na guerra, né? O tamanho da do cansaço mental a que as mães são expostas, muitas vezes sem apoio da família, muitas vezes julgadas... Então, sugiro que esses grupos de apoio possam ser institucionalizados de forma regular.”

Em seguida, o Sr. Ronaldo Carneiro destaca a importância do trabalho de produção individualizada dos materiais utilizados no CAEE: “As apostilas que a gente aplica com as crianças, todos os materiais, são produzidos por nós. E esses materiais eles são cuidadosamente elaborados e adaptados de acordo com cada necessidade de cada aluno, com o que ele realmente precisa e tentando valorizar as potencialidades dessas crianças.”

A professora Lidiana, da Escola Municipal Profª Maria Luiza Calçado, relata o doloroso cotidiano das mães atípicas e pobres e sugere a inclusão de um auxílio financeiro no projeto de lei. “Não sei como que funciona, tá? É só um questionamento, só um levantamento. Para quê? para que essa mãe pudesse acompanhar o filho dela mais de perto, porque as mães que têm condições, a criança avança no desenvolvimento e aquelas que não têm, a gente chama para conversar, às vezes a mãe não tem nem condição de ir numa reunião da escola, pois trabalha fora. Então essas crianças carentes ficam desassistidas e é somente a escola que acompanha essas crianças, porque os pais não têm como.” Fala também das listas de espera no CAEE e na Saúde.

A Sra. Sabrina, mãe atípica de duas crianças e criadora do projeto Juntos pela Inclusão enfatiza a necessidade de maior comunicação com as informações básicas, que as mães não têm. “A Imaculada de quem eu me aproximei na primeira vez me passou o básico, sabe? Quando a gente recebe o diagnóstico é chocante, é um luto eterno para nós. E quando não tem o apoio ainda é pior. Então o que que acontece? Vou falar como mãe a princípio, a quem procurar, o que procurar? Ah, quando o seu filho recebe o diagnóstico



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

da escola, por exemplo, vai ter uma equipe da prefeitura (vou falar igual as mães falam, tá?) que vai avaliar o laudo que o médico deu. O que que as mães questionam muito? Ah, tá invalidando o laudo do médico. Eu acho que é o NUPS, né? O núcleo que tem lá. Então, tipo assim, as mães não têm muito esclarecimento da parte dos profissionais. Então, começa a surgir aqueles, ah, não funciona, não tem, não funciona.

Por exemplo, meu filho está numa filha de espera há 3 anos pela APAE, Aí eu falo com a nossa amiga aqui que questionou que ele passou pela avaliação, provavelmente, graças a Deus, não seria necessário de fazer o tratamento na APAE mas eu também não tive informação, tô dizendo como mãe. Da mesma forma o CE, ele estudava lá no COPARMA, ah, vai encaminhar. Chegaram me ligar e perguntar, você vai querer a vaga? Eu disse: Claro!, mas até hoje nada. Então, como faço parte de um projeto e vejo os questionamentos das mães, peço ao Salomão a melhora na Comunicação. Cada pasta se comunicar mais, que seja pela internet hoje em dia, né, tem o famoso TikTok, faz um videozinho curto para se você precisar de um atendimento X pelo CAPS, pelo CaPSi, para comunicar às mães que aí evita... porque nós mães atípicas estamos muito “ardidas”, A mãe atípica é meio briguenta, mas é porque a gente não tem não tem as respostas que a gente precisa.”

A Sra. Sabrina também solicita que a Viação Ubá não exija laudo atualizado, pois as deficiências não desaparecem com o tempo. “Hoje a gente entende que tem uma lei que o laudo de autista é único, não é isso? Só que quando a gente chega lá na Viação eles pedem o laudo atualizado. Então, se a mãe já não tem uma condição financeira muito boa, como ela vai se virar, pagar um psiquiatra de R\$400, R\$ 450 para conseguir um laudo atualizado para ter acesso à carteirinha? Do contrário não tem.

Aí outra coisa, a gente larga lá os documentos. Aí eles vão avaliar primeiro se a mãe tem necessidade ou não da carteirinha. E isso demora dias, meses e costuma voltar ainda assim: “Não funcionou, traz depois”. Então, a gente já tem o gasto, já tem aquele desgaste emocional que às vezes tem que ir com um filho lá para não resolver nada.”

O vereador Samuel Soares fala de seu empenho pela CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista): “Já foram quase 1000 carteirinhas que a gente conseguiu auxiliar. Amanhã mesmo a gente vai em Juiz Fora, de novo, na UAI. E aproveitando para já falar, né? o Salomão sabe também dessa luta nossa e se Deus quiser, ano que vem a gente já tem a aprovação de ter a UAI aqui em Ubá.”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O pai do Sr. Rodrigo Pereira Soares parabeniza o vereador Samuel Soares e pergunta: “Eu vi um pai dizendo da falta de recursos para a equoterapia. Quantos técnicos gasta para ter a equoterapia? O poder público se preocupa com isso? Quanto é que o poder público repassa para outras entidades e para isso? Não vê essas entidades que prestam um serviço que é obrigação do poder público? A APAE está fazendo um serviço que é obrigação do poder público.”. Finaliza pedindo a colaboração dos vereadores com emendas impositivas ao Orçamento.

A Sra. Jeane, do Sistema Multissom, sugere a inclusão de indicadores para monitorar e avaliar a efetividade dessa política. Pergunta pelo planejamento orçamentário: “Como é que vai ser feito? De onde vai sair? Sugiro que você chame as pessoas também do Executivo antes de fechar esse seu projeto.” Por último, defende a criação de escolas especiais com professores específicos para a inclusão: “Talvez a gente retroceder seja melhor do que avançar, porque essas crianças em escolas comuns, não em todas, talvez também estejam sofrendo bullying, também estejam sofrendo essas coisas.”

O vereador Samuel Soares comenta algumas sugestões, sua regulamentação, a continuidade da luta pela inclusão, agradece a presença e contribuição de todos e finaliza a audiência às vinte e duas horas e quinze minutos.

A cursive signature of Vereador Samuel Soares.

VEREADOR SAMUEL SOARES DA SILVA
(Professor Samuel Soares)

A cursive signature of Vereador Antônio Domingos Ximenes Trindade.

VEREADOR ANTÔNIO DOMINGOS XIMENDES TRINDADE